

# **Análise do Comportamento e Interseccionalidade: Implicações para práticas de pesquisa<sup>1</sup>**

*(Behavior Analysis and Intersectionality: Implications for research practices)*

**Isabelle Elisandra Kuch\*, Beatriz Isabel Zendron\*,<sup>2</sup> Nathalin Fernanda da Silva de Almeida\*\*, Bruno Angelo Strapasson\* y Alexandre Dittrich\***

**\*Universidade Federal do Paraná**

**\*\*Universidade Positivo**

**(Brasil)**

## **RESUMO**

A interseccionalidade propõe o exame do cruzamento de variáveis que influenciam as relações em sociedade, subscrevendo a inseparabilidade de diferentes marcadores sociais (e.g., raça, classe, gênero, dentre outras) que, ao interagirem, podem intensificar as vulnerabilidades vivenciadas por grupos socialmente minorizados ou, ainda, oferecer recursos que possibilitem ações transformativas desses sujeitos em relação a seus contextos. Ao negligenciar a intersecção entre marcadores socialmente relevantes no campo científico, privilegia-se, via de regra, produções que buscam atender às necessidades e interesses dos grupos dominantes, o que reverbera na produção de conhecimentos imprecisos, fragmentados e com resultados limitados. Tomando como base este panorama geral e analisando especificamente o campo da Análise do Comportamento, este estudo objetivou (1) analisar os impactos da (des)consideração da intersecção entre diferentes marcadores sociais em práticas de pesquisa analítico-comportamentais, indicando as prováveis implicações dessa exclusão, e (2) sugerir à comunidade de analistas do comportamento possíveis maneiras de se construir práticas de pesquisa mais sensíveis à interseccionalidade, quando identificada a pertinência. O uso da interseccionalidade em práticas de pesquisa permite que o comportamento da(o) cientista seja orientado de forma a não reproduzir exclusões e opressões no contexto de produção de conhecimento

---

1 Financiamento: A primeira autora conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Endereço para correspondência: Beatriz Isabel Zendron. Avenida João Pessoa, 407, apto 1105, Centro Histórico, Porto Alegre (RS), CEP.: 90040-000. E-mail: zendronb@gmail.com

científico. Ademais, a comunidade de pesquisadores analistas do comportamento pode usufruir de uma visão mais abrangente sobre os fenômenos investigados por meio da adoção de uma perspectiva interseccional em práticas de pesquisa teórica, básica e aplicada. Assim, os analistas do comportamento poderão contribuir de forma mais efetiva na erradicação de contingências de opressão e exploração de grupos minorizados e na construção de um mundo mais justo e igualitário.

*Palavras-chave:* interseccionalidade, Análise do Comportamento, marcadores sociais, grupos minorizados, práticas de pesquisa, opressão.

### ABSTRACT

In recent decades, it has been recognized that many scientific productions neglect, through omission or under-representation, or even disregard variables that characterize historically oppressed groups, such as class, race and sexual orientation. By not covering socially minorized groups, this way of doing science contributes to offering answers, mainly, to the needs and interests of socially privileged groups. Part of this problem has been gradually addressed and resolved through debates and investigations conducted in different fields of studies guided by the concept of “intersectionality”. Intersectionality proposes the examination of the intersection of variables that influence relations in society, subscribing to the inseparability of different social markers (e.g., race, class, gender, and so on) that, when interacting simultaneously, can intensify the vulnerabilities experienced by socially minorized groups or even offer resources that enable the transformative action of these subjects in relation to their contexts. Neglecting the intersection between socially relevant markers in the scientific field often results in the production of imprecise, fragmented knowledge with limited results. Based on this general overview and analyzing the field of Behavior Analysis, this study aimed to (1) analyze the impacts of the disregard of intersection between different social markers in analytical-behavioral research practices, indicating the probable implications of this exclusion, and (2) to suggest to the community of behavior analysts ways to build research practices more sensitive to intersectionality, when pertinence is identified. These suggestions were made considering three types of research practices in Behavior Analysis: theoretical, basic and applied research. The specificities of each one were discussed in separated sections, and then, in the end of each section, questions were formulated to guide authors in how to include intersectionality in their research. To summarize, the construction of a behavioral science that contemplates human diversity requires a change in the way behavior analysts plan and execute science within its social context, which, like other scientific and human contexts in general, is marked by structural inequalities. In that regard, the use of intersectionality in research practices allows the behavior of the scientist to be guided in a way that does not reproduce exclusions and oppressions in the context of scientific knowledge production. Moreover, the community of behavior analysts can benefit from a broader view of the investigated phenomena through the adoption of an intersectional perspective in theoretical, basic and applied research. Thereby, behavior analysts will be able to contribute more effectively to the eradication of contingencies of oppression and exploitation of minorized groups and to the construction of a fairer and egalitarian world.

*Keywords:* intersectionality, Behavior Analysis, social markers, minority groups, research practices, oppression.

A problemática das disparidades encontradas na participação da produção científica entre grupos socialmente distintos é considerada um debate relativamente antigo no campo dos estudos de gênero. Pelo menos desde a década de 1980, o movimento feminista argumenta que há diferenças históricas e estruturais em relação à participação de grupos minoritários no desenvolvimento do campo científico, e, portanto, o conhecimento seria influenciado pela visão de grupos dominantes (Schiebinger, 2001). Tal concepção de conhecimento científico se contrapõe àquela preconizada no pensamento científico moderno, o qual indicava que a ciência deveria se dedicar exclusivamente a explicar os fatos, por meio de descrições e leis gerais, de tal modo que a ciência estaria livre de vieses humanos. Assim, acreditava-se que a ciência deveria ser neutra e que era pouco influenciada por interesses econômicos, sociais e políticos dos pesquisadores (Lopes & Laurenti, 2016).

Apesar da suposta neutralidade científica ter sido uma recomendação hegemônica no campo das ciências, as teóricas feministas continuaram denunciando os vieses científicos advindos da desigualdade entre os gêneros e refutando a concepção de neutralidade científica, a fim de salientar que a ciência moderna é produto de centenas de anos de exclusão das mulheres (Schiebinger, 2001). Tal crítica se estende à recorrente negligência das grandes produções científicas no que tange à inclusão de variáveis que caracterizam grupos historicamente oprimidos, tais como classe, raça e orientação sexual, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais. A ciência produzida nesses moldes, segundo Scott (1986/2019), fornece resultados limitados que minam a complexidade dos fenômenos e o engajamento de análises que proporcionem mudanças significativas. Afinal, essa forma de produzir conhecimento não objetiva a investigação das especificidades de grupos humanos mais amplos, “mas tão somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais” (Harding, 1986/2019, p. 96).

Nesse contexto, parte da Psicologia também contribuiu para a exclusão de grupos socialmente subalternizados na construção dos saberes, uma vez que, desde sua fundação como ciência, pautou-se em conceitos universalizantes e neutralizantes para investigar e formular concepções teórico-práticas sobre o ser humano e seus comportamentos (Nogueira, 2017). Como efeito, observa-se que a produção científica da área, ao ignorar a complexidade e pluralidade das necessidades humanas, suscitou a exclusão ou sub-representação de grupos específicos, que passaram a ser estigmatizados, patologizados e categorizados como “anormais” (Mountian, 2017). Isso se evidenciou em práticas de pesquisa que demonstravam inobservância às variáveis sociais relevantes e inerentes à complexidade humana, ou promoviam uma análise superficial e isolada destas – críticas das quais as pesquisas em Análise do Comportamento, como uma ramificação da Psicologia, nem sempre escapam. Objetivando solucionar essas problemáticas, a Psicologia tem formalizado normativas a fim de reconhecê-las e desenvolver intervenções que visem combatê-las, como, por exemplo, o documento publicado pela Associação Americana de Psicologia (2021), no qual reconhece-se que as publicações da área podem ter contribuído com

a reprodução de inequidades ao privilegiar padrões hegemônicos do Norte Global na execução de pesquisas.

Parte da problemática anteriormente explicitada tem sido abordada por meio de debates e investigações conduzidos em diversos campo de estudo com base em um conceito denominado “interseccionalidade”. A interseccionalidade se desdobra em diferentes definições e aplicabilidades: pode ser considerada um modelo de teoria crítica, uma epistemologia ou, ainda, um método (Mizael, 2019). Resumidamente, o conceito de interseccionalidade é empregado para examinar a intersecção (ou cruzamento) entre diferentes marcadores sociais (e.g., raça, classe, gênero, orientação sexual, dentre outros). Como afirmam Díaz-Benítez e Mattos (2019, p. 67), “a análise interseccional privilegia a discussão de experiências e vivências que articulam categorias que, historicamente, foram conceituadas isoladamente”. Nesse sentido, a interseccionalidade pode ser abordada como um projeto de conhecimento de base ampla, tendo três conjuntos interdependentes de elementos que a caracterizam: (a) interseccionalidade como um campo de estudo; (b) interseccionalidade como uma estratégia analítica, fornecendo novos pontos de vista sobre as instituições, práticas e problemas sociais, além de outros fenômenos sociais associados à desigualdade social; e (c) interseccionalidade como práxis social – por exemplo, a interseccionalidade considerada na formulação, condução e avaliação de projetos de justiça social (Collins, 2015).

Objetiva-se, no presente estudo, analisar os impactos da (des)consideração da intersecção entre diferentes marcadores sociais em práticas de pesquisas em Análise do Comportamento, bem como sugerir à comunidade de analistas do comportamento possíveis maneiras de se fazer pesquisa de forma mais sensível à interseccionalidade, quando identificada a pertinência. Para tanto, práticas de pesquisas teóricas, básicas e aplicadas serão revisitadas a partir das reflexões promovidas pela noção de interseccionalidade. Contudo, salienta-se que o artigo não tem por objetivo esgotar as possibilidades de práticas de pesquisa sensíveis a interseccionalidade na ciência comportamentalista, nem estabelecer modelos fixos sobre como utilizá-la nos diferentes métodos de pesquisa. Consoante aos elementos delineados por Collins (2015), este artigo será delimitado pelo emprego da interseccionalidade como estratégia analítica e práxis social no domínio da ciência comportamentalista radical – uma vez que, ao incluir a interseccionalidade em sua prática, pesquisadores poderão gerar novos pontos de vista sobre o conhecimento e problemas sociais estudados, bem como promover a justiça social, validando os interesses de grupos sociais oprimidos. Nesse sentido, o termo “método” será usado no decorrer deste estudo de forma restrita, relacionado às decisões tomadas para responder à pergunta de pesquisa, e que diferem em pesquisas teóricas, básicas e aplicadas; e “prática de pesquisa” será empregada como uma expressão abrangente, que inclui as decisões acerca do método, mas que também faz referência aos demais comportamentos do pesquisador ao fazer ciência.

O presente artigo é dividido em cinco seções: na primeira, apresentamos uma breve introdução sobre interseccionalidade e a produção de conhecimento científico. Na segunda seção, discorreremos sobre aproximações entre Análise do Comportamento e interseccionalidade. Na terceira seção, abordamos algumas reflexões

sobre o uso da interseccionalidade em práticas de pesquisas analítico-comportamentais. Na quarta seção, revisitamos práticas de pesquisa em pesquisas teóricas, básicas e aplicadas de estudo analítico-comportamentais a partir das reflexões promovidas pela noção de interseccionalidade. Por fim, na quinta seção apresentamos considerações finais sobre o tema.

### *A interseccionalidade como proposta de (re)construção dos saberes*

Os primeiros debates formais sobre interseccionalidade se intensificaram entre as décadas de 1970 e 1980, contudo, seu surgimento é mais antigo. Segundo Henning (2015), em meados do século XIX o movimento feminista abolicionista dos Estados Unidos já se preocupava com a interação de diferentes marcadores sociais na produção de desigualdades. No século XX, com a ampliação dos manifestos e atuações políticas de coletivos feministas, o pensamento interseccional foi formalizado e sistematicamente desenvolvido. Nesse processo, o papel do feminismo negro e do movimento lésbico na reivindicação de representatividade nas produções feministas foi crucial para a consolidação deste novo projeto teórico (Henning, 2015).

Na análise interseccional, as diferentes categorias de subordinação que interagem e operam juntas são evidenciadas (Crenshaw, 2002a). Ou seja, essa análise busca salientar as “diferenças que fazem diferença” (Crenshaw, 2002b, p. 173). A interação simultânea entre diferentes marcadores sociais (e.g., gênero, raça, classe, orientação sexual, dentre outros) pode, por um lado, gerar ou acentuar a exclusão ou marginalização de grupos específicos (Crenshaw, 2002a), ou, por outro lado, abrir possibilidades para a agência, isto é, pode oferecer recursos que possibilitem ações transformativas desses sujeitos em relação a seus contextos (Piscitelli, 2008).

Lugones (2008) problematiza a criação de categorias sociais não relacionadas entre si e a violência decorrente dessa visão de mundo fragmentada, bem como se aprofunda na interação e confluência entre os marcadores de raça e gênero a fim de desvelar o que não é possível ser visto quando se analisa essas categorias de forma separada. A autora destaca que as categorias são geralmente entendidas como homogêneas e elegem, em um determinado grupo, um dominante que será tomado como norma: “‘mulher’ seleciona como norma as mulheres burguesas brancas heterossexuais, ‘homem’ seleciona os homens burgueses brancos heterossexuais, ‘negro’ seleciona os homens heterossexuais negros, e assim por diante” (p. 4). A omissão ou negligência às diversidades sociais que obscurecem o conhecimento produzido nos vários campos científicos é um fenômeno nomeado por Spivak (1988) como “violência epistemológica”. Em uma atitude de violência epistemológica, nega-se ou faz-se um mau uso dos marcadores sociais, o que produz uma distorção dos sujeitos e dos fenômenos sociais que existem em intersecção.

No que tange à produção do conhecimento, constata-se que o saber ocidental edifica suas teorias apoiando-se em categorias reflexivas que não consideram as diferenças e a intersecção delas, conforme destaca Rago (1998/2019): “pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam desse padrão referencial” (p. 410). Hierarquiza-se, portanto, as variá-

veis que valem (ou não) a pena serem investigadas com base nas necessidades dos grupos dominantes, e, como consequência, o conhecimento produzido adquire um caráter impreciso, fragmentado e com resultados limitados, o qual, não obstante, é seja constantemente generalizado e considerado universal.

Os esforços empregados por diferentes estudiosas, em diferentes campos do saber, para produzir saberes mais representativos e menos fragmentados indicam que o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica pode contribuir para a dissolução das distorções engendradas por uma ciência não comprometida com a diversidade. A fim de ilustrar os méritos dessa mudança de perspectiva, Collins e Bilge (2021) propõem análises interseccionais a respeito de temas diversos, como, por exemplo, a desigualdade social, eventos esportivos e o movimento de mulheres negras no Brasil. No caso da análise interseccional de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo, as autoras discorrem sobre como o futebol é organizado com base na intersecção das relações de poder concernentes à raça, gênero, classe, nação e sexualidade. Elucida-se que as nações ricas do Norte Global e as nações pobres do Sul Global oferecem estrutura e oportunidades diferentes para os jovens – que, muitas vezes, passam a depositar sua esperança de sucesso em times europeus. Ademais, meninos e meninas raramente chegam aos mesmos times e/ou recebem o mesmo incentivo financeiro. Por ser um esporte que exige capacidade física, o futebol foca nos indivíduos considerados fisicamente “capazes”. Ou seja, diversos marcadores sociais condicionam as oportunidades e as desvantagens no esporte, como se ilustra no seguinte trecho:

As diferenças de gênero entre o futebol masculino e o feminino se interseccionam com diferenças de raça e classe nos jogos masculinos e femininos. As regras do futebol, por sua vez, determinam a classificação das equipes que disciplinam as jogadoras e os jogadores a partir de expectativas diferenciadas. A classificação das equipes femininas está relacionada a raça e nação e, por consequência, aos diferentes níveis de apoio dado às mulheres atletas em países ricos e pobres. Apesar de ser um dos países mais ricos da África Continental, a África do Sul enviou sua primeira seleção feminina para a Copa do Mundo em 2019, juntando-se a Nigéria e Camarões como uma das três seleções africanas classificadas. Todas as três estavam nas últimas posições do ranking de equipes classificadas e perderam na primeira rodada para equipes que tinham mais apoio financeiro. As interseções de raça e gênero caracterizam tanto o futebol masculino como o feminino e têm importantes implicações financeiras para cada atleta. (Collins & Bilge, 2021, p. 29)

Em suma, a análise interseccional proposta pelas autoras demonstra de que modo os diferentes marcadores sociais se cruzam e como determinam quem pode e consegue jogar futebol, com qual qualidade se joga e o nível de apoio recebido. A interseccionalidade, portanto, pode ser uma ferramenta valiosa para investigar e desvelar quais são as variáveis relevantes que estão operando em determinados fenômenos e contextos.

*Aproximações entre Análise do Comportamento e interseccionalidade*

De forma semelhante ao que ocorreu em outros campos de investigação científica nas ciências humanas e sociais, o desenvolvimento histórico e epistemológico da Análise do Comportamento foi marcado pela importante transição de uma aceitabilidade do ideal de neutralidade científica ao reconhecimento de que a produção de saberes é passível de vieses. Lopes e Laurenti (2016) abordam essas mudanças, destacando que a partir da década de 1950, com a proposta comportamentalista radical de Skinner sistematizada na obra *Science and Human Behavior* (1953), a Análise do Comportamento aproximou-se de forma mais intensa de questões políticas, sustentando mais explicitamente a posição de que a ciência comportamental não poderia ser neutra. Assim, tornou-se inequívoca a necessidade de que analistas do comportamento contestem o ideal de neutralidade científica e se posicionem politicamente, pois o mero não posicionamento já seria, por si só, uma posição política que tornaria esses sujeitos “parte do problema”, conforme salientou Holland (1978).

Segundo os pressupostos comportamentalistas radicais, a ciência é considerada comportamento verbal das(os) cientistas e, desse modo, sofre influências do ambiente histórico e cultural destes sujeitos (Baum, 1994/2017). Assim, uma cultura tradicionalmente sexista, racista, homofóbica, capacitista e assim por diante, acarretaria maior possibilidade de se produzir ciências excludentes. Por exemplo, McCormick-Huhn et al. (2019) salientam que as práticas de inclusão e interpretação de dados em pesquisas científicas foram historicamente afetadas pela interseção entre racismo, sexismo e classismo científico. Partindo do fato de que o comportamento da(o) cientista sofre influências diversas ao longo de sua história de vida, é fundamental avaliar quais as variáveis, sejam elas de natureza individual ou cultural, estão influenciando seus comportamentos e se esse conjunto de influências tem permitido a produção de uma ciência comportamentalista crítica e vigilante às interseccionalidades que atravessam os fenômenos estudados. Isto é, a interseccionalidade, ao visar o aprimoramento das práticas de pesquisa, conduz a uma reflexão sobre sua aplicabilidade aos próprios pesquisadores. É necessário que estes reconheçam os marcadores sociais que interagem e influenciam seu próprio comportamento durante o fazer científico.

A construção de uma ciência comportamentalista que contemple as diversidades humanas, portanto, exige uma mudança na forma como analistas do comportamento planejam e executam a ciência no seu contexto social que, como os demais contextos científicos e humanos em geral, é marcado por desigualdades estruturais. Nesse sentido, Mizael (2019) evidencia alguns possíveis procedimentos para que analistas do comportamento atuem de forma mais comprometida socialmente. Dentre eles, a autora destaca a importância de se descrever, nos mais diversos campos de atuação das(os) analistas do comportamento, as contingências que revelam estruturas e/ou contextos de opressão existentes e como tais estruturas/contextos deixam vários grupos de pessoas à margem. Logo, as práticas em Análise do Comportamento, incluindo a produção científica, devem estar vigilantes às condições sociais, econômicas e culturais que produzem diferentes contingências de reforço às quais os indivíduos estão submetidos, encarregando-se de revelar e descrever

essas contingências opressivas, bem como os impactos que causam nos diferentes grupos humanos. Nesse sentido, construir práticas de pesquisas analítico-comportamentais que consideram a interseccionalidade entre diferentes marcadores sociais não só é possível, como também é compatível com as proposições filosóficas dessa abordagem.

### *Reflexões sobre o uso da interseccionalidade em pesquisas analítico-comportamentais*

Conforme argumentado no decorrer deste estudo, é urgente que as ciências construam ou modifiquem suas práticas de pesquisa a fim de possibilitar a análise da intersecção de marcadores sociais significativos, contribuindo para a construção de meios de se produzir saberes representativos dos sujeitos de forma mais abrangente e inclusiva. Para Scott (1986/2019), deve-se propor a constituição não apenas de novos temas de investigação, mas uma revisão crítica das premissas e critérios dos trabalhos científicos já produzidos e em produção.

A desconsideração ou má representação dos diferentes marcadores sociais nas pesquisas, especialmente na área da Psicologia, podem reproduzir desigualdades. Mountian (2017) salienta que, quando psicólogos(as) pesquisadores(as) não consideram e não contextualizam as diferentes intersecções nos seus trabalhos, o risco de se reproduzir estereótipos e discriminações que contribuem para a manutenção das posições sociais inferiores de alguns grupos é acentuado, o que acaba por refletir, por exemplo, nas formulações sobre o normal e o patológico. As produções científicas, portanto, devem ser histórica e socialmente situadas. A Análise do Comportamento, especificamente, possui pressupostos filosóficos compatíveis com esse posicionamento. Segundo Skinner (1953/2014), os processos comportamentais básicos não variam entre os organismos, no entanto, as variáveis independentes que controlam classes de respostas não são universais. O autor indica que tanto determinantes genéticos quanto ambientais variam extensivamente, o que resulta em um alto grau de individualidade e, conseqüentemente, acentua a necessidade de se “desuniversalizar” padrões de comportamentos humanos.

De fato, alguns estudos vêm indicando a relevância da interseccionalidade em práticas de pesquisa analítico-comportamentais – apesar de, como veremos a seguir, poucas pesquisas colocarem esses pressupostos em prática. Um apontamento frequente é a necessidade de representatividade interseccional na seleção da população do estudo. A representatividade é definida como “o grau de similaridade da população de um estudo quando comparada à população externa” (Jaehn et al., 2020, p. 1). Segundo os autores, “a interseccionalidade pode revelar uma sub-representação de grupos marginalizados múltiplos, o que precisa ser considerado ao interpretar os resultados da pesquisa” (p. 7). Por exemplo, em sua revisão, Cravo et al. (2022) concluíram que pesquisas em Análise do Comportamento sobre sexualidade e gênero focam em identidade binárias (como heterossexualidade e homossexualidade). Para Cravo et al. (2022) “pode-se, enquanto comunidade científica, ampliar as caracterizações das/os participantes de pesquisa favorecendo interpretações interseccionais” (p. 261), por exemplo, incluindo outras pessoas da comunidade LGBTQIA+ para além de homossexuais, e que estejam submetidas a diferentes

marcadores sociais (como raça, idade, prática religiosa). Práticas de pesquisa que considerem a interseccionalidade entre autismo e outros marcadores sociais são sugeridas por Lovelace et al. (2021), após as autoras concluírem pela sub-representação de mulheres negras em pesquisas relacionadas ao autismo. Dentre estas sugestões estão usar descrições abrangentes de participantes e realizar uma análise interseccional dos resultados da pesquisa. Por fim, Leland e Stockwell (2019) propõem que analistas do comportamento apliquem em si mesmos uma ferramenta de autoavaliação, a fim de reconhecer se estão cultivando práticas de afirmação com clientes, supervisionandos, alunos e colegas transgêneros e gênero não-conformista (no original, transgender and gender nonconforming, TGNC). Morris et al. (2021) sugerem aplicar essa ferramenta inclusive para que pesquisadores possam identificar o uso de práticas afirmativas em relação às pessoas LGBTQIA+. Por fim, Capriotti e Donaldson (2022) sugerem tópicos de pesquisas em Análise do Comportamento que versam sobre interesses e necessidades de grupos minorizados, e cuja prática de pesquisa seja realizada de forma interseccional.

No que tange aos caminhos a serem percorridos por cientistas de um modo mais geral, Crenshaw (2002b) dá algumas pistas sobre como estes podem desenvolver pesquisas que abarquem a intersecção de marcadores sociais significativos. A autora sugere a adoção de uma política de fazer perguntas prévias que possam revelar as possíveis opressões por trás da elaboração de métodos de pesquisa. Sugere-se, por exemplo, que pesquisadores questionem: “Onde está o sexismo nisso? Qual a sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo? ... De que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo?” (p. 183). Faz-se importante ressaltar o fato de que as análises interseccionais não precisam abarcar todos os potenciais marcadores sociais, mas devem contemplar os entrelaçamentos que se mostram relevantes para o estudo em questão (Henning, 2015).

Analistas do comportamento podem se beneficiar dessas perguntas-chave desde os primeiros momentos do planejamento e execução de suas pesquisas, a fim de traçar métodos que contemplem a diversidade de sujeitos que compõem o ambiente social, colaborando, dessa forma, para uma visão crítica sobre as bases já consolidadas dos saberes por meio de análises mais detalhadas e abrangentes dos fenômenos humanos, além de não se constituírem como agentes perpetuadores da violência epistemológica. Isso se dá porque o uso da teoria da interseccionalidade nessas pesquisas pode ser útil para revelar os pontos cegos das produções científicas, tornando visíveis o cruzamento de categorias sociais que geralmente são ignoradas (McCormick-Huhn et al., 2019).

As pesquisas produzidas na Análise do Comportamento, segundo Tourinho (1999), podem possuir natureza predominantemente teórica, básica ou aplicada. Afirma-se que a natureza de determinada pesquisa é predominantemente de um ou de outro tipo porque, usualmente, uma pesquisa em Análise do Comportamento pode possuir aspectos que possibilitem caracterizá-la como pertencente a mais de uma dimensão investigativa simultaneamente. Além disso, essas pesquisas devem, idealmente, dialogar entre si, para que seja possível desenvolver tecnologias de intervenção científicas a partir de uma ciência com coesão filosófica, conceitual e metodológica.

Sendo assim, o presente estudo considerará as pesquisas teóricas como aquelas que se voltam para discussões teóricas, conceituais e/ou filosóficas sobre o próprio sistema epistemológico-científico que constitui a Análise do Comportamento; as pesquisas básicas como aquelas em que são obtidos dados empíricos pela observação direta ou indireta de eventos comportamentais, com o objetivo de descobrir regularidades entre tais eventos ou testar teorias e conceitos, sem que haja um interesse aplicado imediato; e as pesquisas aplicadas como aquelas em que, a exemplo da pesquisa básica, são obtidos dados empíricos por meio de observação direta ou indireta de eventos comportamentais, mas nas quais objetiva-se demonstrar a eficácia de procedimentos interventivos ou produzir resultados úteis para a solução de problemas socialmente relevantes (Strapasson et al., 2013).

Tendo em vista os objetivos deste artigo, as próximas seções abordarão possíveis implicações da descon sideração da intersecção entre marcadores sociais nas pesquisas em Análise do Comportamento. Além disso, consoante a proposta de Crenshaw (2002b) anteriormente mencionada, ao final de cada seção serão apresentadas perguntas que visam contribuir para o desenvolvimento de pesquisas analítico-comportamentais mais sensíveis à interseccionalidade. Essas perguntas podem ser úteis em diferentes momentos da pesquisa, a saber: (1) no momento do planejamento do método, auxiliando pesquisadores a considerarem eventuais questões interseccionais desde os primeiros passos da construção de seu método de pesquisa; ou (2) no momento posterior à aplicação do método, sendo que, nesse caso, as perguntas podem ser úteis para verificar se o método contemplou a interseccionalidade – e caso não o tenha feito, se seria pertinente fazê-lo. Destaca-se que, ao serem sugeridas perguntas aplicáveis aos métodos, busca-se atingir aquelas pesquisas que inicialmente não foram planejadas para contemplar variáveis interseccionais ou que aparentemente pouco seriam impactadas por essas variáveis, a fim de reduzir os possíveis pontos-cegos da pesquisa – que, até então, provavelmente passariam despercebidos.

É importante mencionar que caberá aos pesquisadores avaliar a pertinência de se considerar a intersecção entre diferentes marcadores sociais nas suas pesquisas de acordo com as especificidades de seu estudo; as perguntas que serão sugeridas nas seções subseqüentes deste artigo também podem ser ferramentas úteis para esse processo. Uma vez identificadas possíveis interposições da interseccionalidade no problema de pesquisa delimitado e/ou nos resultados a serem obtidos pelo estudo, recomenda-se que estas sejam contempladas a partir da (re)construção de métodos mais sensíveis a essa influência.

### *Interseccionalidade e pesquisas teóricas em Análise do Comportamento*

Inicialmente, destaca-se uma especificidade das investigações teóricas: usualmente, a base de dados da pesquisa teórica é documental, pois são os documentos que registram e reúnem os dados de uma determinada ciência, sendo estes dados, então, produto do comportamento verbal das(os) cientistas. Ou seja, no que concerne à pesquisa teórica, “os dados que a suportam são os próprios resultados e o desenvolvimento científico de uma área, um tema, um conceito, um período” (Andery, 2010,

p. 320). Desse modo, a pesquisa teórica “contribui para o desenvolvimento de uma ciência por meio da revisão crítica de suas diversas práticas”, consoante destacam Malavazzi e Micheletto (2021, p. 2).

Especificamente sobre o método da pesquisa teórica, Tourinho (2006) afirma que não há unidade metodológica consagrada e compartilhada por grande número de pesquisadores. Contudo, para o autor, isso não implica concluir que pesquisas dessa natureza prescindam de decisões acerca do método. A seleção de textos, ou material de interesse, é uma dessas decisões metodológicas possíveis, comum à maioria das pesquisas de natureza teórica. Portanto, pode-se pensar que a preocupação com a interseccionalidade já deve ocorrer a partir deste ponto. Nesse sentido, propõe-se que possa ser relevante que pesquisadores se atentem aos critérios de seleção do material de interesse, perguntando se houve a inclusão de textos de autores pertencentes a grupos social e historicamente excluídos. Afinal, gênero, raça e nacionalidade dos autores podem ser variáveis que têm influência nos resultados obtidos, a depender do método empregado. Como afirmam Díaz-Benítez e Mattos (2019, p. 84):

Se abrimos mão da ideia de que existe uma pesquisa científica “neutra”, e “não situada”, entendemos que, de certa forma, toda pesquisa parte de determinados pressupostos, conceitos e perspectivas éticas. ... Esse a priori, entretanto, nem sempre está explicitado no fazer investigativo e nas produções dele derivadas, omissão esta que acaba contribuindo para a falsa ideia de universalidade do saber científico. A pesquisa-ativismo, ao explicitar os pontos de partida da pesquisa (como a luta antirracista e o combate ao sexismo epistemológico, por exemplo) e trazer para a construção do trabalho a localização das/os pesquisadoras/es (informando seu gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, dentre outros marcadores sociais que sejam relevantes para o estudo), permite que o estudo ganhe em complexidade, explicitando relações de poder, tensionamentos e ambivalências que ficam invisibilizadas em estudos que se pretendem “livres” desses atravessamentos.

Nesse sentido, não se observa a menção, em pesquisas teóricas na Análise do Comportamento, das características sociais das(os) cientistas que produziram a pesquisa e dos autores dos textos selecionados para a análise. Destaca-se que as próprias pesquisas da Análise do Comportamento reconhecem que homens e mulheres, na qualidade de um marcador social, são diferencialmente reforçados (Nicolodi & Arantes, 2019), e, portanto, podem produzir teorias, conceitos, métodos de investigações, observações e interpretações dos resultados diferentes.

A ausência de menção de marcadores sociais de autores selecionados pode decorrer dos critérios escolhidos para selecionar a literatura. Muitas pesquisas, por exemplo, selecionam obras que foram expressivas no cenário científico de uma época, ou considerados centrais para determinada temática, ou mesmo artigos científicos com maior quantidade de citações. Porém, usar apenas esses critérios de seleção pode negligenciar o fato comum de que certos autores, em razão de sua raça/etnia, deficiência, religião, local de produção científica, gênero, ou outro marcador

social, não receberam a mesma atenção da comunidade científica. Desse modo, sugere-se que os pesquisadores avaliem se seus critérios de seleção bibliográfica reproduzem a exclusão de autores que são impactados por diferentes marcadores sociais e pela intersecção entre eles. Destaca-se que realizar essa avaliação não implica desconsiderar a qualidade da evidência ou da argumentação apresentada pelos autores, a fim de manter o nível de excelência da produção em questão.

Para fazer frente ao problema exposto, sugere-se que os pesquisadores identifiquem, ao construir seus métodos de pesquisa, se as já referidas “ambiguidades, contradições, lacunas, imprecisões, excessos, insuficiências, falácias, contrassensos dos projetos de psicologia” (Laurenti et al., 2016, p. 9) ou de seus compromissos filosóficos foram influenciadas pela posição de privilégio dos autores selecionados para a análise. Uma segunda possibilidade é a de avaliar se certos autores, teorias ou textos específicos foram menos expressivos, marginalizados ou pouco citados em função dos marcadores sociais relacionados aos autores.

Outrossim, a interseccionalidade precisa ser abordada metodologicamente para além da seleção de literatura: deve ensejar novos métodos e técnicas de pesquisa (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Nesse sentido, em relação aos métodos e técnicas das pesquisas teóricas, retoma-se Tourinho (2006), o qual destaca que o tratamento das informações é considerado outra decisão metodológica relevante em pesquisas teóricas. No âmbito do tratamento das informações, uma forma possível de incluir a interseccionalidade é torná-la um eixo de análise do conjunto de textos analisados. Para tanto, o(a) pesquisador(a) pode se questionar sobre o quanto assumir algum compromisso filosófico ou conceitual pode fortalecer ou manter relações de opressão que podem convergir em contextos interseccionais. Além disso, outras perguntas que podem ser feitas são: quais relações de poder estão imbricadas na produção do conhecimento científico analisado? Quais e como os marcadores sociais – gênero, raça e religiosidade, por exemplo – podem estar relacionados à produção de conhecimento sobre determinado fenômeno? Se e como o conceito analisado está isolando um marcador social, essencializando ou naturalizando determinada identidade? A análise interpretativa proposta por determinado autor é sensível a marcadores sociais diversos? Os autores ou áreas de pesquisa refletem sobre interseccionalidade? Os tópicos de análise desenvolvidos no estudo são passíveis de serem ampliados ou modificados se incluída uma análise da interação entre os marcadores sociais?

Entretanto, mesmo que a interseccionalidade não constitua um eixo de análise em um estudo teórico específico ainda é recomendável que pesquisadores considerem adotar a interseccionalidade como baliza para avaliar os procedimentos metodológicos empregados em suas pesquisas, sejam elas pesquisas históricas, conceituais, epistemológicas ou interpretativas, em especial quando o objeto de estudo se refere a processos ou relações sociais. Por exemplo, pode-se indagar: no método escolhido é possível incluir categorias analíticas que reconheçam a possível interseccionalidade envolvida nesse fenômeno psicológico? O método proposto para a pesquisa contribui para uma análise interpretativa sensível a marcadores sociais? O método escolhido promove o reconhecimento de autores ou áreas de pesquisa que reflitam sobre interseccionalidade ou adotem posicionamentos diversos aos hege-

mônicos? O procedimento adotado permite identificar termos que contribuem para avanços científicos sobre a relação ou interação entre marcadores sociais?

Um exemplo de pesquisa que evidenciou marcadores sociais relevantes por meio de decisão metodológica foi realizado por Almeida e Zilio (2020). Ao investigarem o uso do termo “violência” na literatura analítico-comportamental, buscaram “localizar e descrever as categorias de pesquisa sobre violência, as suas dimensões temáticas de estudo e as principais categorias comportamentais a ela associadas” (p. 1). As dimensões temáticas consistiram em tipificar o contexto de ocorrência do termo pesquisado no conjunto de textos selecionados, bem como as “vítimas das violências explicitamente catalogadas nos textos” (p. 6). Algumas das dimensões temáticas mencionadas pelos autores foram: “contra a mulher”, “infantil”, “racial”, “psiquiátrica”, “homofóbica”, “urbana” e “escolar”. Ainda que não tenham realizado uma análise propriamente interseccional, a inclusão de marcadores sociais como “mulher” e “homofóbica” na pesquisa parece ter favorecido a reflexão dos autores acerca da análise funcional de um comportamento violento – que poderia, na ausência deste marcador, considerar “natural” que a vítima da violência emitisse comportamentos de fuga ou esquiva em relação ao violentador. Segundo os autores, isso é problemático, pois “contingências sociais patriarcais e machistas” (p. 16) são exemplos de contingências que podem culminar em vítimas que não emitem esses padrões de resposta, como mulheres que permanecem em relações abusivas. Nesse caso, os autores afirmam que a “violência” se relaciona ao comportamento do violentador de fazer o violentado agir da maneira que ele quer, por meio do uso de controle aversivo. Nota-se, portanto, que é possível empregar a interseccionalidade tanto como um procedimento próprio de análise de textos, mas também, e sobretudo, como um tema transversal às decisões metodológicas das pesquisas teóricas.

É preciso notar, entretanto, que não se trata da inclusão forçada de categorias de análise relacionadas a marcadores sociais e de suas interseções, mas da compreensão de que esses marcadores, na medida em que são produtos de relações estruturais, impactam no contexto e no conteúdo de teorias e conceitos e que, portanto, mesmo que não sejam objeto de análise direta (que não constituam categorias de análise na pesquisa conceitual) são aspectos que merecem atenção do(a) pesquisador(a) sob o risco de, ao não fazê-lo, fortalecer inadvertidamente relações de dominação.

### *Interseccionalidade e pesquisas básicas em Análise do Comportamento*

Adentrando o âmbito da pesquisa básica, verifica-se que esta tem como objetivo descobrir e descrever, por meio de um ambiente controlado, os princípios e leis comportamentais que governam o comportamento, partindo da premissa de que esses princípios são gerais e universalizáveis (Andery, 2010; Tourinho, 1999). As pesquisas básicas são realizadas em laboratório, ou settings naturais, por meio da criação de condições simplificadas para estudar o fenômeno de interesse, aumentando o controle do(a) pesquisador(a) sobre as variáveis relevantes. A busca pelo controle experimental e a identificação de que muitos processos são generalizáveis entre espécies fez com que analistas do comportamento recorressem a estudos em

laboratórios com animais não humanos, para potencializar o controle e aumentar a confiabilidade nas asserções sobre os princípios básicos do comportamento. Assim, o conhecimento sobre o comportamento humano desenvolvido por meio destes experimentos foi de suma importância para que a Análise do Comportamento construísse um referencial teórico e sistemático coerente (Andery, 2010). Entretanto, na maioria dos casos, os estudos em laboratório utilizam animais como modelos úteis para se compreender o comportamento humano e, em algum momento, as diferentes subáreas na pesquisa básica devem avançar para contextos menos controlados, tendo humanos como participantes.

Além dos princípios básicos do comportamento humano, é necessário observar outros aspectos a respeito do fenômeno estudado, como menciona Skinner (1974/2006):

Infelizmente, compreender os princípios envolvidos na solução do problema não significa ter-lhe a solução. ... Os pormenores de um problema devem ser estudados. Conhecer os princípios básicos sem conhecer as particularidades de um problema prático não nos coloca mais perto da solução do que conhecer os pormenores sem conhecer os princípios básicos. Mas os problemas podem ser resolvidos, mesmo os grandes problemas, se aqueles que estão familiarizados com os pormenores adotarem também uma concepção viável do comportamento humano. (pp. 211–212)

Ao incluir humanos nos estudos de pesquisa básica, é necessário levar em consideração que os contextos culturais ajudaram a construir o repertório pré-experimental dos sujeitos. Portanto, a história prévia dos seres humanos é um aspecto com o qual os pesquisadores necessariamente precisarão lidar, atentando-se para o fato de que em parte relevante deste contexto cultural incidem os condicionantes típicos de relações de poder e de suas intersecções. Assim, tais relações ajudam a determinar os efeitos das diversas variáveis que estão presentes em experimentos com humanos. À vista disso, apesar de ser possível universalizar as leis gerais do comportamento humano, existem particularidades intrínsecas a cada cultura e história de vida individual. Por exemplo, o valor reforçador de certos estímulos e o controle verbal exercido pelo experimentador podem variar em função do participante ser ou não membro de um grupo socialmente minorizado.

Um exemplo a se considerar é o estudo de Oda et al. (2022), que observou as influências do gênero do falante e da audiência na emissão de comportamentos verbais em bate-papos online. Neste estudo, as autoras estabeleceram o gênero da audiência como variável independente e buscaram verificar a influência desta na emissão de comportamentos verbais específicos (e.g., discordar, interromper, pressionar<sup>1</sup> e autoeditar<sup>2</sup>), públicos ou encobertos, tendo como principal ferramenta de

---

1 No estudo de Oda et al. (2022), comportamentos caracterizados como “pressionar” incluíam a digitação de uma palavra ou frase de forma repetida (e.g., “São cinco! Digite cinco!”), a informação sobre o tempo decorrido (e.g., “Faltam dez segundos”), ou a emissão de ordens para que a dupla enviasse a resposta (e.g., “Digite”, “Envie a resposta”).

2 Oda et al. (2022) caracterizam os comportamentos de autoedição como aqueles em que os(as) participantes digitavam uma mensagem, mas não clicavam no campo “enviar”, ou, ainda, quando reformulavam uma mensagem que já havia sido escrita.

investigação um software de bate-papo online. A proposta do experimento era que os participantes se engajassem em jogos de resolução de problemas online, nos quais cada dupla deveria chegar a um consenso sobre a resposta correta – o que demandava que trocassem mensagens no bate-papo. Os resultados demonstraram que algumas das variáveis dependentes ocorreram com maior frequência na presença de um gênero específico, o que, para as autoras, demonstra que “o gênero pode desempenhar um papel no controle de estímulos” (Oda et al., 2022, p. 19). Por exemplo, referente ao comportamento verbal de discordar, participantes do gênero feminino emitiram mais respostas encobertas<sup>3</sup> ao interagir com audiências masculinas; já para o comportamento verbal de pressionar, participantes do gênero feminino e masculino emitiram mais respostas encobertas ao interagir com audiências femininas. Para alguns participantes, quando analisadas apenas respostas públicas, não foram observadas diferenças significativas na resposta emitida de acordo com o gênero da audiência. As respostas de autoedição, sejam elas referentes a pressionar ou discordar, também demonstraram estar sob controle do gênero da audiência. Como exemplo, as pesquisadoras mencionam que autoeditar comportamentos de discordância foi mais frequente na presença de audiências masculinas, tanto para participantes do gênero feminino, como do masculino. Oda et al. (2022) concluem que seu estudo traz contribuições metodológicas importantes, dentre eles “realizar pesquisas básicas sobre comportamento verbal complexo relacionado à justiça social” (p. 17). Ao abordarem problemas sociais em sua pesquisa, tem-se que o estudo de Oda et al. (2022) não pode ser classificada como uma pesquisa estritamente básica. Essa categoria intermediária entre pesquisas básicas e aplicadas pode ser denominada como pesquisa translacional.

O exame da interseccionalidade perpassa, então, desde a descrição da amostra, até a forma como se produz e discute os resultados obtidos. Partindo do princípio de que a ciência não é neutra, os próprios pesquisadores devem ser treinados para contemplar a interseccionalidade na condução de pesquisas empíricas (básicas e aplicadas). Isto é, se há pretensão de não negligenciar ou sub-representar grupos socialmente minorizados nos estudos analítico-comportamentais, pesquisadores devem estar sob controle da intersecção entre variáveis socialmente relevantes ao emitir comportamentos relativos às práticas de pesquisa - desde a formulação de perguntas até a forma de se produzir e sobretudo discutir os resultados obtidos, enfatizando alguns aspectos em detrimento de outros.

Utilizar uma linguagem adequada no estudo, por exemplo, é um dos comportamentos a serem desenvolvidos por pesquisadores comprometidos com pesquisas interseccionais. Como afirmam Magalhães e Siqueira (2019, p. 13), “os termos analíticos usados na pesquisa ...carregam e fomentam algumas realidades e minimizam e excluem outras”. Morris et al. (2021) mencionam estudos analítico-comportamentais da década de 1990 com a população LGBTQIA+ em que a linguagem pode ser considerada ultrapassada. O uso de uma linguagem “não interseccional”

---

3 No estudo de Oda et al. (2022), as respostas foram classificadas como “encobertas” quando os(as) participantes da pesquisa escreviam a mensagem, mas não clicavam no campo “enviar”; essas respostas, apesar de não terem sido enviadas, foram gravadas pelo software utilizado no experimento e, posteriormente, analisadas pelas pesquisadoras.

em pesquisas básicas pode sinalizar que os marcadores sociais dos sujeitos experimentais, suas histórias prévias e aspectos culturais podem ter sido ignorados quando do estudo de determinado princípio comportamental, ou mesmo que a pesquisa não está sendo produzida considerando as necessidades e interesses desses grupos minorizados. Ao se fazer pesquisa básica, cabe aos pesquisadores avaliar a relevância de se incluir a interseccionalidade nos métodos de seus estudos, considerando o problema de pesquisa e os possíveis resultados a serem obtidos. Como afirma Paixão Junior (2022), “é preciso assumir que nossa ciência tem barreiras perceptivas e interpretativas determinadas pelas contingências sociais das quais partimos” (p. 316). Logo, ainda que se possa argumentar que o raciocínio interseccional não incida sobre toda e qualquer pesquisa básica, a naturalização – e consequente invisibilidade – das relações de dominação, fruto do seu caráter estrutural, nos alerta para que, ao invés de partir do pressuposto de que a pesquisa básica está desvinculada das relações de dominação, seria mais prudente sempre nos perguntarmos se e como essas relações podem afetar um experimento. Algumas perguntas pertinentes que podem dar visibilidade a esses aspectos são: Quais são as particularidades do princípio comportamental estudado que podem se relacionar com possíveis marcadores sociais como raça/etnia, gênero ou outros? Em pesquisas com humanos, quais são os marcadores sociais dos sujeitos experimentais, suas histórias prévias e aspectos culturais que podem interagir com o princípio comportamental investigado e que devo considerar para o método da pesquisa? Quais relações de intersecção entre marcadores sociais podem estar presentes na temática estudada? Deste modo, pesquisadores poderão avaliar em qual grau a inclusão de variáveis que considerem marcadores sociais e sua interseccionalidade poderiam afetar o estudo em questão.

### *Interseccionalidade e pesquisas aplicadas em Análise do Comportamento*

No âmbito da pesquisa aplicada em Análise do Comportamento, observa-se que esta objetiva utilizar princípios comportamentais já conhecidos – produzidos pela pesquisa básica em análise do comportamento – para produzir resultados socialmente relevantes (Baer et al., 1968). Nesse sentido, nas pesquisas aplicadas os resultados precisam ser amplos o suficiente para serem socialmente significativos, devem estar em consonância com os objetivos desejados pela sociedade e ter valor funcional para os participantes (Moore & Cooper, 2003).

Para que intervenções comportamentais sejam planejadas e aplicadas de forma satisfatória, é necessário dar importância às diferentes variáveis que operam sobre o comportamento dos sujeitos e às formas como elas interagem. Jones et al. (2020) ressaltam que variáveis demográficas importantes podem influenciar o acesso, a adesão e, conseqüentemente, os resultados de intervenções comportamentais. Como exemplo, as autoras mencionam que, nos Estados Unidos, crianças com Transtorno do Espectro Autista oriundas de famílias etnicamente diversas, não falantes de inglês ou com status socioeconômico baixo têm maior probabilidade de receber um diagnóstico tardio quando comparadas a crianças oriundas de famílias brancas, falantes de inglês e que possuem um status socioeconômico alto.

Tendo em vista a influência das variáveis de caráter individual e cultural sobre os comportamentos implicados no planejamento e execução de pesquisas aplicadas, algumas diretrizes para ensaios clínicos randomizados e intervenções com sujeito-único foram publicadas objetivando melhorar a qualidade dos estudos realizados (e.g., Consolidated Standards of Reporting Trials [Schulz et al., 2010] e Single-Case Reporting Guideline in Behavioral Interventions [Tate et al., 2016]). De acordo com essas diretrizes, pesquisadores devem, dentre outras recomendações, fornecer descrições consistentes sobre todos os aspectos do método de pesquisa e dos participantes do estudo, o que implica na inclusão, por exemplo, de descrições sobre dados sociodemográficos relevantes (Jones et al., 2020) e suas interseções.

Não obstante, nota-se que, tal como em outras áreas da Psicologia e das ciências em geral, as pesquisas aplicadas em Análise do Comportamento ainda subnotificam variáveis socialmente relevantes e, conseqüentemente, não avaliam os efeitos de suas interações na aplicação, adesão e resultados das intervenções. O estudo conduzido por Jones et al. (2020) buscou avaliar se as descrições de variáveis sociodemográficas – tais como idade, gênero, raça, etnia, deficiência – constavam em artigos publicados no *Journal of Applied Behavior Analysis* entre os anos de 2013 e 2019. Constatou-se que poucos estudos foram vigilantes a essas descrições: apenas 2% dos artigos avaliados relataram nível socioeconômico, apenas 7% relataram raça e apenas 33% relataram nível de escolaridade, por exemplo. Nota-se que esses dados isolados não são suficientes para uma análise interseccional, pois esta demanda a análise da interação entre os marcadores sociais. Porém, a identificação dessas variáveis é um passo fundamental para analisar as possíveis interações entre elas, e, uma vez que os pesquisadores ignoram essa primeira etapa, a análise da interseccionalidade torna-se inviável.

Tais limitações podem ser combatidas, segundo McCormick-Huhn et al. (2019), quando pesquisadores passam a considerar as implicações da inclusão e descrição de dados sociodemográficos em seus estudos, especialmente quando estes contemplam grupos que ocupam posições interseccionais, o que, segundo as autoras supracitadas, “encorajaria os pesquisadores a confrontar os valores e limitações atrelados às suas escolhas sobre quem eles incluem em seus estudos e como eles conceituam o perfil demográfico desses participantes” (p. 7). Nesse sentido, é necessário assumir que pacotes de intervenção com amostras específicas provenientes de grupos socialmente hegemônicos não necessariamente funcionarão com a mesma eficiência e eficácia para pessoas que ocupam uma posição social distinta ou que vivem em localizações geográficas e contextos históricos diversos. Assim, a teoria interseccional pode auxiliar a seleção de medidas e a projeção de protocolos de estudos, a fim de ampliar a utilidade prática da pesquisa.

Nota-se, portanto, que considerar variáveis interseccionais em estudos aplicados aumenta a utilidade social das intervenções, isto é, pode auxiliar no aprimoramento de tratamentos para grupos socialmente diversos, o que contribui com o cumprimento do principal objetivo das pesquisas de natureza aplicada: atender às necessidades sociais. Para tanto, pesquisadores devem propor um método que leve em consideração não apenas variáveis sociodemográficas relevantes, mas as formas como estas interagem, para que, desse modo, a pesquisa atenda às necessida-

des diversas, não só a dos grupos dominantes, aumentando sua representatividade. Conforme salientado na seção anterior, tais reformulações das práticas de pesquisa também devem contemplar uma mudança no próprio comportamento dos cientistas a fim de elucidar e alterar possíveis vieses que funcionam como impeditivos para o desenvolvimento de pesquisas mais sensíveis à interseccionalidade, uma vez que pesquisas são produzidas e reproduzidas em função de uma ampla gama de variáveis (culturais e individuais) – desde o momento de escolha do problema a ser estudado até a análise e discussão dos resultados obtidos. Com esse intuito, pesquisadores podem se perguntar, por exemplo: A amostra de participantes para essa pesquisa contempla a diversidade inerente ao ambiente social destes? De que maneira a interseção de variáveis socialmente relevantes pode influenciar na adesão à intervenção proposta? A intervenção será acessível (em relação a seus procedimentos, custos financeiros, condições para execução) a quais grupos? A intervenção pode ser adaptada a realidades culturais diversas? Os objetivos desta pesquisa visam atender às demandas de grupos sociais diversos ou apenas às de grupos socialmente privilegiados?

Além disso, procedimentos padronizados que objetivam contribuir para a inclusão de variáveis socialmente relevantes em pesquisas também podem ser incorporados em estudos analítico-comportamentais. Por exemplo, o SAGER (Sex and Gender Equity in Research) busca estabelecer diretrizes para a padronização de relatos de sexo e gênero em publicações científicas e pode ser uma ferramenta útil para pesquisadores e editores de periódicos (Heidari et al., 2017). Essa ferramenta apresenta orientações sobre a inclusão das variáveis sexo e gênero em cada seção das pesquisas (e.g., título, resumo, introdução, método, resultado, discussão, dentre outras) quando for apropriado, objetivando atenuar a negligência dessas dimensões em pesquisas cujos resultados e análises possam ser impactados por esses fatores. Ainda que essas variáveis não sejam consideradas no estudo, essa ausência deve ser justificada. Em síntese, incluir “um número suficiente de homens e mulheres (e de outras subpopulações) na investigação, juntamente com uma análise apropriada e um relato transparente e completo dos dados da pesquisa, requer um esforço conjunto de financiadores, pesquisadores, revisores e editores” (Heidari et al., 2017, p. 667).

### *Considerações finais*

As discussões sobre interseccionalidade no campo científico têm sido úteis para questionar a adoção de um ponto de vista universalizante na história das produções científicas, a partir do qual privilegiava-se como objeto de investigação os interesses masculinos, brancos, do Primeiro Mundo, dentre outros marcadores hegemônicos, e, como efeito, negligenciava-se os grupos que escapavam deste referencial. Isso pode ser particularmente prejudicial na Psicologia, uma vez que implica o risco de reproduzir desigualdades e estereótipos deletérios aos grupos socialmente minorizados. Essas denúncias, endossadas pelo movimento de contestação à neutralidade científica, mostraram-se proficuas para a elaboração de uma nova forma de fazer e se pensar na ciência que, conforme argumentamos nesse artigo, pode ser incorporada aos diferentes âmbitos de pesquisa em Análise do Comportamento

(teórico, básico e aplicado). Conforme destacamos, o comportamentalismo radical e os pressupostos que sustentam as análises interseccionais apresentam algumas compatibilidades e podem contribuir mutuamente para avanços em suas áreas particulares de estudos e intervenções.

Partindo dessa perspectiva, diante da constatação de que o comportamento das(os) cientistas ao produzir conhecimento não é neutro, mas influenciado pelo seu ambiente individual e cultural, faz-se importante planejar contingências para que esses sujeitos se comportem de modo a não contribuir para a exclusão e discriminação de alguns grupos. Nesse sentido, tendo em vista a importância da inserção de uma perspectiva interseccional nas práticas de pesquisa em AC, é necessário que no processo de formação de analistas do comportamento sejam desenvolvidos comportamentos que os capacitem a avaliar a pertinência de análises interseccionais em suas pesquisas. Somente por meio desse aprendizado os pesquisadores poderão efetivamente adotar a interseccionalidade na execução de suas pesquisas, garantindo uma visão mais ampla sobre os fenômenos investigados. Como efeito disso, os resultados dos estudos podem tomar uma direção diferente daquela que seria tradicionalmente adotada em uma análise desprovida de uma visão que considere marcadores sociais e suas interações.

À vista disso, é urgente que a comunidade de analistas do comportamento reveja as regras e valores que direcionam o comportamento de pesquisadores na produção científica, produzam conhecimento e intervenções que contemplem as interações estabelecidas entre diferentes marcadores sociais e que tenham o compromisso de contribuir para a construção de um mundo mais justo, menos violento e discriminatório, desnaturalizando opressões e privilégios sociais. Dessa forma, a violência epistemológica comum em diferentes áreas do conhecimento pode ser combatida nas produções analítico-comportamentais, o que pode promover análises mais detalhadas e abrangentes sobre fenômenos humanos e viabilizar a produção de uma ciência engajada na visibilização e na tentativa de redução de disparidades vivenciadas por grupos que foram historicamente subalternizados.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, R. R., & Zilio, D. (2020). O que é violência? Uma análise sobre os usos do termo na literatura analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1), 1–22. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1419>
- Andery, M. A. P. A. (2010). Métodos de pesquisa em análise do comportamento. *Psicologia USP*, 21(2), 313–342. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000200006>
- Associação Americana de Psicologia. (2021). Apology to people of color for APA's role in promoting, perpetuating, and failing to challenge racism, racial discrimination, and human hierarchy in U.S. <https://www.apa.org/about/policy/racism-apology>

- Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1(1), 91–97. <https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1968.1-91>
- Baum, W. M. (2017). *Understanding behaviorism: Behavior, culture and evolution* (3rd ed.). Wiley Blackwell. (Obra original publicada em 1994)
- Capriotti, M. R., & Donaldson, J. M. (2022). “Why don’t behavior analysts do something?” Behavior analysts’ historical, present, and potential future actions on sexual and gender minority issues. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55(1), 19-39. <https://doi.org/10.1002/jaba.884>
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality’s definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41(1), 1-20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Cravo, F. A. M., Almeida-Verdu, A. C. M., & Costa-Junior, F. M. (2022). Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 247-265. <https://doi.org/10.18761/a52affa6>
- Crenshaw, K. (2002a). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: Raça e Gênero*, 1(1), 7-16.
- Crenshaw, K. (2002b). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Díaz-Benítez, M. E., & Mattos, A. (2019). Interseccionalidade: Zonas de problematização e questões metodológicas. In I. R. Siqueira, B. Magalhães, M. Caldas, & F. Matos (Eds.), *Metodologia e relações internacionais: Debates contemporâneos* (Vol. 2, pp. 67–94). Editora PUC-Rio.
- Harding, S. (2019). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 95-118). Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1986)
- Heidari, S., Babor, T. F., Castro, P., Tort, S., & Curno, M. (2017). Equidade de sexo e gênero na pesquisa: Fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 665-676. <https://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300025>
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações Revista de Ciências Sociais*, 20(2), 97-128. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Jaehn, P., Rehling, J., Klawunn, R., Merz, S., Holmberg, C., Bolte, G., ... & Stras-ser, S. (2020). Practice of reporting social characteristics when describing representativeness of epidemiological cohort studies—A rationale for an intersectional perspective. *SSM - Population Health*, 11, 100617. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2020.100617>

- Jones, S. H., St. Peter, C. C., & Ruckle, M. M. (2020). Reporting of demographic variables in the Journal of Applied Behavior Analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53(3), 1304-1315. <https://doi.org/10.1002/jaba.722>
- Laurenti, C., Lopes, C. E., & Araújo, S. F. (2016). Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos. Hogrefe CETEPP.
- Leland, W., & Stockwell, A. (2019). A self-assessment tool for cultivating affirming practices with transgender and gender-nonconforming (TGNC) clients, supervisees, students, and colleagues. *Behavior Analysis in Practice*, 12(4), 816-825. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00375-0>
- Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade à política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(1), 6-10. <https://dx.doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.858>
- Lovelace, T. S., Comis, M. P., Tabb, J. M., & Oshokoya, O. E. (2021). Missing from the narrative: A seven-decade scoping review of the inclusion of Black autistic women and girls in autism research. *Behavior Analysis in Practice*, 15(4), 1093-1105. <https://doi.org/10.1007/s40617-021-00654-9>
- Lugones, M. (2008). The coloniality of gender. *Worlds & Knowledges Otherwise*, 2(2) 1-17.
- Magalhães, B., & Siqueira, I. R. (2019). Introdução: Metodologias para transdisciplinaridade. In I. R. Siqueira, B. Magalhães, M. Caldas, & F. Matos (Eds.), *Metodologia e relações internacionais: Debates contemporâneos* (Vol. 2, pp. 67-94). Editora PUC-Rio.
- Malavazzi, D. M., & Micheletto, N. (2021). Interpretação: Um objetivo e um método da ciência de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37(1), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37217>
- McCormick-Huhn, K., Warner, L. R., Settles, I. H., & Shields, S. A. (2019) What if Psychology took intersectionality seriously? Changing how psychologists think about participants. *Psychology of Women Quarterly*, 43(4), 445-456. <https://doi.org/10.1177/0361684319866430>
- Mizael, T. M. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In R. Pinheiro, & T. M. Mizael (Eds.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40-62). Imagine Publicações.
- Moore, J., & Cooper, J. O. (2003). Some proposed relations among the domains of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 26(1), 69-84. <https://doi.org/10.1007/bf03392068>
- Morris, C., Goetz, D. B., & Gabriele-Black, K. (2021). The treatment of LGBTQ+ individuals in behavior-analytic publications: A historical review. *Behavior Analysis in Practice*, 14(4), 1179-1190. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00546-4>
- Mountian, I. (2017). Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: Interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. *Revista Psicologia Política*, 17(40), 454-469. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n40/v17n40a05.pdf>
- Nogueira, C. (2017). Interseccionalidade e psicologia feminista. *Devires*.
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019) Poder e patriarcado: Contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. Pinheiro, & T. M.

- Mizael (Eds.), Debates sobre feminismo e análise do comportamento (pp. 64-83). Imagine Publicações.
- Oda, F. S., Lechago, S. A., da Silva, B. E., & Hunt, J. C. (2022). An experimental analysis of gender-biased verbal behavior and self-editing using an online chat analog. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 117(3), 532-542. <https://doi.org/10.1002/jeab.763>
- Paixão Junior, F. D. P. (2022). Conhecimento científico e interseccionalidade: Da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 304-320. <https://doi.org/10.18761/DH000176.dez21>
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- Rago, M. (2019). Epistemologia feminista, gênero e história. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto* (pp. 406-425). Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1998)
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência*. EDUSC.
- Schulz, K. F., Altman, D. G., & Moher, D. (2010). CONSORT 2010 statement: Updated guidelines for reporting parallel group randomised trials. *Journal of Pharmacology and Pharmacotherapeutics*, 1(2), 100-107. <http://doi.org/10.1136/bmj.c332>
- Scott, J. (2019). Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. In H. B. Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 49-80). Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1986)
- Skinner B. F. (1983). Can the experimental analysis of behavior rescue psychology? *The Behavior Analyst*, 6(1), 9-17. <https://doi.org/10.1007/BF03391869>
- Skinner, B. F. (2014). *Science and human behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1953)
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo* (10a ed.). Cultrix. (Obra original publicada em 1974)
- Spivak, G. C. (1988). *Can the subaltern speak?* Macmillan.
- Strapasson, B. A., Magalhães, F. G., & Custódio, J. K. (2013). Comunicação entre a pesquisa básica, aplicada e teórica na Análise do Comportamento no Brasil: Uma análise bibliométrica. *Interação em Psicologia*, 17(1), 117-128. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i1.26496>
- Tate, R. L., Perdices, M., Rosenkoetter, U., McDonald, S., Togher, L., Shadish, W., ... Vohra, S. (2016). The single case reporting guideline in behavioral interventions (SCRIBE) 2016: Explanation and elaboration. *Archives of Scientific Psychology*, 4(1), 10-31. <http://doi.org/10.1037/arc0000027>
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7(3), 213-222.
- Tourinho, E. Z. (2006). *Subjetividade e relações comportamentais*. Tese (Professor Titular) não-publicada. Universidade Federal do Pará, Belém.